



ARTIGOS – ARTICLES

**Intelectuais peruanos em debate sobre indigenismo nas revistas
América Indígena e Perú Indígena: do nacional ao continental
(1950-1954)**

Natally Vieira Dias¹
Universidade Estadual de Maringá
natyvdias@gmail.com

Como citar este artigo: DIAS, N. V. Intelectuais peruanos em debate sobre indigenismo nas revistas América Indígena e Perú Indígena: do nacional ao continental (1950-1954), *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº16, pp. 1-35. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O artigo aborda um debate entre divergentes perspectivas indigenistas defendidas por intelectuais peruanos durante a primeira metade da década de 1950 nas revistas América Indígena e Perú Indígena, publicações dos Institutos Indigenistas Interamericano e Peruano (I.I.I. e I.I.P.), respectivamente. Mostramos como as discussões travadas pelos autores do país andino estiveram marcadas por uma perspectiva continental, não obstante reconhecessem as especificidades da questão indígena no seu cenário nacional. Uma análise efetivamente complexa sobre o indigenismo exige ir além da perspectiva nacional para desvendar suas conexões externas, sobretudo a partir da década de 1940, quando se constituiu uma instituição de caráter continental, o I.I.I., que buscou não apenas congregiar os debates sobre o tema como também fomentou a criação de institutos indigenistas nacionais a ela vinculados, como foi o caso do I.I.P., criado em 1946.

Portanto, desenvolvemos nossa análise do debate peruano a partir de uma abordagem transnacional, visando abarcar simultaneamente sua inserção no cenário nacional do Peru e seus diálogos continentais.

Neste estudo, conjugamos a perspectiva do contextualismo linguístico com recursos metodológicos da História dos Intelectuais, buscando enfatizar a dimensão da sociabilidade intelectual envolvida no debate analisado.

Palavras-chave: Indigenismo. Intelectuais peruanos. Revistas culturais.

¹ Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá. Coordena o Laboratório de Estudos em História das Américas (LEHAM-UEM) e atualmente realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais com projeto vinculado ao grupo de pesquisa “História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias” (CNPq-UFGM).

Peruvian intellectuals debating indigenism in América Indígena and Perú Indígena: from national to continental scope (1950-1954)

Abstract: The current article addresses a debate between concurrent indigenist perspectives held by Peruvian intellectuals throughout the first half of the 50s in *América Indígena* and *Perú Indígena* periodicals, both published respectively by the Inter-American and the Peruvian Indian Institutes (I.I.I. and I.I.P.). This paper demonstrates how the indigenist discussions held by Peruvian authors were noticeably marked by a continental perspective, even though they also recognized and highlighted the particular idiosyncrasies regarding the indigenous issues found in the domestic Peruvian scene.

An effectively complex analysis of indigenism requires going beyond the national perspective in order to unveil its external connections, especially since the 40s, when the I.I.I. was constituted as a continental character institution which aimed not only to bring together the debates on the topic but also to promote the creation of national indigenist institutes linked to itself – the creation of I.I.P. in 1946 was one of the first examples of that. Therefore, we develop our analysis of the Peruvian debate from the transnational approach in order to simultaneously encompass its insertion into the Peruvian national scenery and its continental dialogues.

In this research we combine the linguistic contextualism approach with the methodological tools from the History of Intellectuals in order to emphasize the intellectual sociability dimension involved in the analyzed debate.

Keywords: Indigenism. Peruvian intellectuals. Intellectual periodicals.

Introdução

Durante boa parte do século XX o indigenismo se constituiu em um dos principais temas dos debates intelectuais que se desenvolveram no continente americano, tanto nos contextos nacionais de diversos países quanto no cenário continental, o que configurou uma ampla discussão de caráter (trans)nacional. A fundação, em 1940, do Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.) e a decorrente criação de institutos indigenistas nacionais a ele vinculados são indícios importantes do forte caráter transnacional que marcou o fenômeno indigenista em meados do século XX. O estudo das publicações periódicas produzidas por essas instituições permite uma aproximação aos principais debates que mobilizaram a intelectualidade continental na época a respeito da questão indígena.

No presente artigo, analisamos o debate entre divergentes perspectivas indigenistas levantadas por intelectuais peruanos na primeira metade década de 1950, durante o governo autoritário do general Manuel Odría, por meio das revistas *América Indígena*, publicação oficial do I.I.I., e *Perú Indígena*, órgão do Instituto Indigenista Peruano (I.I.P.). Mostramos como as discussões travadas pelos autores do país andino estiveram marcadas por uma perspectiva continental, não obstante reconhecessem e destacassem as especificidades da questão indígena no cenário nacional peruano. A perspectiva teórico-metodológica que norteia o trabalho é a da História Intelectual, a partir de uma abordagem transnacional.

Partimos da compreensão de Carlos Altamirano (2006) a respeito das figuras dos intelectuais no mundo contemporâneo como um “tipo histórico” decorrente de uma configuração social específica, que é a modernidade. Essa “*especie moderna*”, como define o autor, não remete simplesmente à ideia de alguém que pensa o mundo e transmite a outros o que pensa, mas àqueles que voltam sua palavra para uma audiência mais ampla, que excede a pequena elite de letrados à qual ele/a mesmo pertence. Assim, o intelectual enquanto tipo histórico moderno, apesar de que “*requiere de la relación con sus pares y del reconocimiento que éstos pueden proporcionarle, su palabra interpela también [...] [a la] opinión pública*” (ALTAMIRANO, 2006, p. 99; 102).

Distante de definições mais normativas a respeito dos intelectuais, a proposta de Altamirano identifica a atuação desses personagens históricos fundamentais da modernidade a um papel social por eles exercido, “*hombres y mujeres, sean escritores o artistas, creadores o difusores, eruditos, expertos o ideólogos*” em sua atuação como “*actores del debate público.*” A ênfase nessa definição historicamente situada recai na função do “*intelectual como ser cívico*” (ALTAMIRANO, 2010, p. 9). Essa concepção é bastante útil para pensarmos a atuação dos intelectuais peruanos nos debates indigenistas da década de 50, que aqui analisamos.

A respeito do fenômeno do indigenismo, se, por um lado, enquanto “*corriente de opinión favorable a los indios*” remonta à época da própria conquista europeia do continente americano e “*atraviesa toda la historia latinoamericana*”; por outro, como bem demarca Henri Favre (1999), enquanto um “*movimiento ideológico [...] que considera al indio en el contexto de una*

problemática nacional”, tem seus inícios na segunda metade do século XIX e seu período de apogeu entre as décadas de 1920 e 1970, aproximadamente (FAVRE, 1999, p. 8-10). O período que analisamos, meados do século XX, foi profundamente marcado por essa vinculação dos discursos indigenistas – provenientes de diversas áreas do saber – com as discussões políticas sobre nação, cidadania e identidade nacional (por vezes continental), conformando, assim, um amplo debate intelectual no qual a questão indígena ocupou um lugar central.

Apesar de o indigenismo ser, indiscutivelmente, um dos mais significativos fenômenos político-sociais da história da América Latina no século XX, o tema continua relativamente pouco explorado pela historiografia. Na maior parte dos casos, as análises desenvolvidas sobre o tema são realizadas nas áreas de Antropologia e Sociologia e, geralmente, centradas nas experiências nacionais. Como ressaltam os antropólogos José del Val e Carlos Zolla (2014) em trabalho sobre o indigenismo no México, mesmo nesse caso, que é um dos casos mais emblemáticos do continente, a historiografia ainda “não produziu uma obra de conjunto, ampla e compreensiva” a respeito do indigenismo (DEL VAL; ZOLLA, 2014, p. 12).

Embora a crítica dos antropólogos mexicanos seja muito pertinente, ela demarca apenas a historiografia nacional como a base para a produção de uma obra “ampla e compreensiva” a respeito do indigenismo. Mas pensamos que uma análise efetivamente complexa sobre o tema, que leve em conta suas variadas facetas, precisa ir além da perspectiva nacional para desvendar suas conexões externas, sobretudo a partir da década de 1940, quando se constituiu uma instituição indigenista de caráter transnacional, o I.I.I., que buscou congregiar os debates continentais sobre a questão indígena.

No caso específico do Peru, destacamos a intensa participação de intelectuais do país na rede indigenista constituída em torno do I.I.I., desde seus inícios, e também o fato de a criação do I.I.P, em 1946, se inserir na proposta da instituição continental de que fossem criados institutos indigenistas nacionais a ela vinculados. Nesse sentido, consideramos que a abordagem transnacional é bastante pertinente para recuperar os debates que marcaram o indigenismo peruano da década de 1950. Sobre a perspectiva transnacional, nossa compreensão se aproxima do que propõe Barbara

Weinstein (2013), ao tomá-la como um enfoque que permite “*un nuevo modo de visualizar las interacciones e intercambios en los niveles hemisférico y global*”, de forma que as histórias nacionais sejam complexificadas, não negligenciadas (WEINSTEIN, 2013, p. 4).

A respeito da importância da abordagem transnacional para estudos históricos sobre as sociedades latino-americanas, concordamos plenamente com Maria Ligia Prado (2012) quanto à sua potencialidade – bem como de outras que retiram da nação o foco central de observação dos fenômenos sociais – para “*suscit[ar] preguntas que puedan ser importantes al ofrecer una visión innovadora sobre viejos temas e interrogantes de la Historia de América Latina*” (PRADO, 2012, p. 22). O caso do indigenismo é, sem dúvida, um exemplo desses “velhos temas” capazes de ganhar um olhar inovador ao ser considerado a partir do prisma da transnacionalidade.

Pensar a partir da lógica transnacional impõe, muitas vezes, descentrar os eixos mais tradicionais sobre os quais construímos nossos objetos de estudo, como ocorre, por exemplo, em relação aos espaços e/ou meios de sociabilidade intelectual, entre os quais se destacam as revistas. A ideia mais comum de se pensar esses lugares/espaços no sentido físico do termo, que permite identificar as publicações periódicas e suas respectivas redações como “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 249), não se aplica ao tipo de sociabilidade representado, por exemplo, pela revista *América Indígena* (AI). Neste caso, estamos diante de um tipo de sociabilidade intelectual que prescindir do contato físico, pois extrapola inclusive as fronteiras nacionais, e se materializa prioritariamente sob a forma de um periódico de caráter continental.

A revista AI, que reuniu intelectuais de diversos países americanos e abriu espaço para diferentes perspectivas indigenistas – do que decorreram vários debates –, se configurou, ela própria, como o principal eixo de uma ampla rede indigenista transnacional, de amplitude realmente continental, que se erigiu em torno do I.I.I.² O caso dessa publicação é um daqueles destacados por Claudio Maíz (2011) em que as próprias publicações viabilizam as

² Sobre a formação de uma rede indigenista transnacional em torno do I.I.I. e o papel central cumprido pela revista AI nesse processo, consultar: DIAS, 2018.

conexões entre os colaboradores, em que elas mesmas “*pueden ser vistas como ejes de religación o, dicho en otros términos, como redes*” (MAÍZ, 2011, p. 76; 80).

Essa compreensão mais fluida sobre as redes intelectuais, que se aproxima da perspectiva proposta por Álvaro Fernández Bravo (2011, p. 215) de “*un concepto dinámico y móvil*”, cuja maior relevância estaria precisamente “*en su misma contingencia*”, parece-nos um ponto de partida bastante pertinente para recuperar debates intelectuais que tiveram grande relevância político-social em nosso continente, mas que não necessariamente envolveram conexões mais estáveis ou duradouras entre os intelectuais envolvidos. Esse foi um aspecto marcante de vários dos debates indigenistas travados entre personagens de diferentes latitudes continentais por meio de suas colaborações na revista AI, incluindo o caso peruano que analisamos.

Nas análises historiográficas que envolvem publicações periódicas produzidas por intelectuais, normalmente opta-se por uma (por vezes se relacionam ambas) das duas grandes possibilidades metodológicas apontadas por Tania Regina de Luca (2011) em seu trabalho sobre as revistas intelectuais brasileiras na primeira metade do século XX. Como sugere a autora, esses periódicos podem ser pensados tanto como “polos em torno dos quais se reuniam e disciplinavam forças” – o que remete à formação de grupos político-ideológicos em torno das publicações – quanto como “instrumentos de combate e intervenção no espaço público”, o que os transforma em fontes privilegiadas para “explicitar e dotar de densidade os embates em torno de projetos políticos” (DE LUCA, 2011, p. 2-3).

No presente artigo exploramos principalmente essa segunda acepção. Tomamos as revistas como fontes privilegiadas para recuperar parte do debate político-ideológico peruano em torno do tema do indigenismo na primeira metade da década de 50. A perspectiva a partir da qual selecionamos os artigos dos autores peruanos em ambas as revistas e os analisamos como parte desse debate mais amplo vincula-se às proposições teóricas ligadas ao chamado contextualismo linguístico, mais precisamente às propostas de Quentin Skinner para a interpretação dos atos discursivos materializados pelos textos e entendidos efetivamente como atos políticos.

Como propõe Skinner, ao trabalharmos com os discursos produzidos pelos intelectuais, devemos ter em mente que *“any act of communication will always constitute the taking up of some determinate position in relation to some pre-existing conversation or argument.”* Portanto, *“we need to see it [...] as a move in an argument”* e, para interpretá-lo, devemos resgatar *“the argumentative context of their occurrence to determine how exactly they connect with, or relate to, other utterances concerned with the same subject matter”*. Ou seja, *“see such texts as contributions to particular discourses”* e *“return the specific texts we study to the precise cultural [political-intellectual] contexts in which they were originally formed”* (SKINNER, 2014, p. 115-116; 125).

No caso aqui tratado, parte central de se recuperar o “contexto argumentativo” do debate que analisamos envolve a compreensão das especificidades envolvidas no fato de esses textos terem sido publicados nas revistas, que possuem uma “sintaxe” particular, como bem observa Beatriz Sarlo (1992).

A sintaxe das revistas e alguns elementos da materialidade de AI e PI

As revistas produzidas por intelectuais representam uma forma característica da intervenção pública desses atores históricos, cuja especificidade encontra-se na intrínseca relação que estabelecem com o seu momento presente, diferentemente do caso de um livro, por exemplo. Como sugere Sarlo (1992), devemos entender a própria *“forma revista”* como uma particular *“práctica de producción y circulación”*, que surge a partir de uma vontade de intervenção na conjuntura visando modificá-la. Dessa forma, *“la sintaxis de una revista informa, de un modo en que jamás podrían hacerlo sus textos considerados individualmente, de la problemática que definió aquel presente”*; ela se estabelece no sentido de *“mostrar los textos en vez de solamente publicarlos”* (SARLO, 1992, p. 9-11. Grifo no original).

Apesar desse sentido de intervenção na conjuntura ser a grande marca dos periódicos culturais, existem algumas diferenças importantes entre eles, o que permite estabelecer uma tipologia que, por exemplo, seja capaz de diferenciar uma “revista institucional”, financiada por uma instituição oficial,

de outra “propriamente cultural” (ou “revista de intervenção”), “*que se inscribe en el debate por cuenta propia*”, como propõe Pablo Rocca (2004). No entanto, o próprio autor adverte que a complexidade desses periódicos não permite uma taxonomia assim tão dual e destaca a existência de “*casos con fuerte hibridación*” (ROCCA, 2004, p. 8-10).

Essa percepção contrária a uma simples dicotomia entre os tipos de revistas culturais é de extrema importância para a análise das revistas que tomamos como fonte. Não obstante ambas fossem publicações institucionais, enquanto órgãos oficiais dos respectivos institutos indigenistas, podemos observar – principalmente no caso de AI, mas também em alguns momentos em PI – certos elementos de hibridação com o modelo de “revista de intervenção”.

No caso de AI, como já destacamos, apesar de ser uma publicação oficial do I.I.I., a proposta de abertura à expressão de diferentes perspectivas indigenistas era algo marcante na revista, o que a transformava em uma espécie de plataforma para debates em torno do assunto, como mostraremos em relação aos autores peruanos nos anos 50. Já a revista PI, durante o período analisado, funcionou basicamente como órgão oficial do I.I.P., voltado para a difusão de sua própria perspectiva indigenista e das políticas levadas a cabo pela instituição. A própria divisão interna do seu conteúdo aponta para esse sentido mais claramente institucional da publicação, com, por exemplo, uma seção fixa intitulada “*Actividades del Instituto*”, presente em todas as edições. No caso do I.I.I., esse tipo de conteúdo mais institucional concentrava-se no *Boletín Indigenista*,³ que era a outra publicação periódica produzida pela instituição continental, deixando o espaço de AI para a publicação principalmente de artigos assinados.

A estruturação interna do conteúdo da revista do I.I.I. era extremamente simples ou pouco compartimentada: primeiramente, em todas as edições, havia um editorial mais curto, de no máximo 2 páginas, publicado sempre em espanhol e inglês. Na sequência, vinham os artigos assinados, um após o outro, sem nenhuma divisão em seções temáticas. Após os artigos, aparecia a única seção temática da revista, “*Reseñas Bibliográficas*”, que esteve

³ Essa publicação foi criada em 1941, juntamente com a revista AI e como um suplemento dessa, com o nome de *Boletín Indigenista*. A partir de 1962, tornou-se uma publicação anual e teve o nome alterado para *Anuario Indigenista*.

presente em todas as suas edições e apresentava obras de caráter histórico e/ou antropológico a respeito dos povos indígenas do continente.

Em relação à quantidade de páginas e à periodicidade, as duas revistas também se diferenciam. A revista AI teve uma periodicidade muito estável – como uma publicação trimestral cujas edições saíam sempre em janeiro, abril, julho e dezembro – e, além disso, sua média de páginas também variou pouco, ficando em torno de 100 páginas por edição. No caso de PI, a situação é oposta; a revista nunca teve uma periodicidade estável, tampouco grande semelhança em termos de quantidade de páginas.

Até certo ponto, a periodicidade absolutamente inconstante da publicação peruana pode ser atribuída à instável conjuntura política do país. O I.I.P. foi criado e começou a publicar sua revista durante o governo democrático de Bustamente y Rivero, que durou pouco tempo, de 1945 a 1948. Nesse período, foi publicado apenas o 1º número de PI, que saiu em setembro de 1948, pouco antes do golpe de Estado, que ocorreu no mês seguinte. Após a derrubada do governo democrático, PI só voltou a ser publicada em setembro de 1949, exatamente um ano após a publicação de seu 1º número. Mas mesmo durante o *ochenio* autoritário do gen. Odría (1948-1956), a periodicidade de PI não chegou a ser estável.

Após a edição de setembro de 1949, a revista só voltou a ser publicada em outubro de 1951, ou seja, houve um período de mais de dois anos sem que se publicasse nenhuma edição de PI. Durante os anos de 1952 e 1953 a revista viveu sua época mais intensa em termos de publicação, com 3 edições publicadas em cada um desses anos. Já em 1954, houve apenas 1 número da revista peruana, que saiu no mês de dezembro, e este foi seu último volume publicado durante o governo do gen. Odría. Após esse período, um novo volume da publicação voltou ser editado somente em julho de 1957.

Os tamanhos de cada edição de PI também variaram muito, e não apenas devido ao fato de algumas edições terem sido estruturadas como números duplos. As edições unitárias da revista variaram de cerca de 80 (caso da 1ª edição) a 288 páginas (caso do nº 13, de dezembro de 1954). Já as edições duplas, variaram de 185 (caso do nº 10-11, de setembro de 1953) a 264 páginas (nº 7-8, de dezembro de 1952).

O período em que se concentram os artigos que analisamos coincide parcialmente com o período de publicação mais intensa da revista PI, que foram os anos de 1952 e 1953. Dois dos quatro artigos analisados foram publicados na revista peruana precisamente nestes anos, sendo que um deles também foi publicado na revista AI no mesmo período. Os outros dois artigos abordados foram publicados somente na revista continental. Para a melhor compreensão do debate configurado a partir desses artigos, é necessário inicialmente esclarecer as relações existentes entre a formação do I.I.P., em 1946, e as origens do I.I.I. no início daquela década.

Conexões entre o indigenismo oficial peruano e o interamericano

O I.I.I. foi criado a partir dos encaminhamentos do I Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940. A proposta da instituição era reunir intelectuais de todos os países americanos no intuito de refletir sobre a questão indígena no continente e propor intervenções voltadas à melhoria das condições de vida dos povos nativos. O principal instrumento utilizado para esse fim foi a revista AI, que começou a ser editada, em outubro de 1941, como uma publicação trimestral que pretendia “*fomentar el intercambio de informaciones acerca de la vida indígena actual y de la política y programas que se están desarrollando en su favor*”, como informaram os editores em sua primeira edição (AI, vol. I, n° 1, out. 1941, 1ª pág.).

Desde o início, o projeto de formação de uma instituição indigenista continental foi liderado pelo México, país que se tornou a sede do I.I.I. e cujos representantes ocuparam a função de diretores da organização e de sua publicação oficial durante três décadas.⁴ Além dos diretores mexicanos, o Comitê Executivo do I.I.I. foi formado por representantes de outros países, que foram, inicialmente, Estados Unidos, Guatemala, Bolívia, Brasil e Peru. Este último, não apenas esteve oficialmente representado no I.I.I., como foi um dos primeiros países a criar o seu próprio instituto indigenista nacional vinculado à instituição continental⁵.

⁴ Sobre os inícios do I.I.I., consultar: GIRAUDO, 2011. Os primeiros diretores do Instituto foram os mexicanos Moisés Saénz, entre 1940 e 1941; Manuel Gamio, de 1942 a 1960; Miguel León-Portilla, entre 1961 e 1966; Gonzalo Aguirre Beltrán, de 1967 a 1971.

⁵ A Resolução oficial de criação do I.I.P. data de 1946, mas a instalação efetiva da instituição ocorreu em 1947, como aparece na 1ª edição da revista *Perú Indígena*, de setembro de 1948.

A criação da instituição peruana nesse momento esteve diretamente relacionada ao fato de o país ter sido escolhido para sediar o II Congresso Indigenista Interamericano, que foi marcado para o ano de 1949. A escolha do Peru como sede para o II Congresso tinha relação direta com a projeção internacional alcançada pelo indigenismo peruano desde os anos 20. Apesar de o país andino comportar uma grande diversidade de perspectivas indigenistas, identificadas aos mais diferentes espectros político-ideológicos, aquelas que sobressaíram no contexto continental foram as mais críticas e progressistas, sendo mais conhecido o projeto socialista construído em torno da revista *Amauta*, dirigida por José Carlos Mariátegui, em Lima. Ao lado e em diálogo com este, destacaram-se outras grandes expressões regionais do indigenismo progressista peruano, que se desenvolveram a partir dos movimentos de vanguardas artísticas, como os grupos *Resurgimiento*, em Cuzco; e *Orkopata*, em Puno (CORNEJO POLAR, 2000; BEIGEL, 2001; ESPEZÚA SALMÓN, 2007; VICH, 2000).

Foram precisamente figuras ligadas a esses grupos nos anos 20 que, posteriormente, estiveram na base do projeto de criação do I.I.P., na década 40⁶. Inicialmente, a direção da instituição esteve a cargo do arqueólogo e etno-historiador Luis E. Valcárcel e o representante do Peru no Conselho Executivo do I.I.I., ao qual se vinculava a nova instituição peruana, foi José Uriel García, ambos ligados ao indigenismo cusquenho do grupo *Resurgimiento*. Outros integrantes da diretoria inicial do I.I.P. foram José Antonio Encinas, ligado ao Grupo *Orkopata*, de Puno; e o pintor José Sabogal, que havia atuado como diretor artístico da revista *Amauta*.

Nos anos 40, a participação dessas figuras anteriormente ligadas aos antigos grupos vanguardistas já não comportava o mesmo radicalismo ideológico dos anos 20, mas não deixava de implicar num efetivo comprometimento do I.I.P. com questões basilares do indigenismo crítico, como era, por exemplo, a questão agrária. A criação da instituição indigenista se relacionou diretamente com esse tema por meio de uma proposta de lei, que foi apresentada na edição inaugural de PI, por meio da qual estabeleciam-se os parâmetros para a efetivação da dotação de terras às comunidades indígenas,

⁶ Ainda são escassos os trabalhos acadêmicos sobre o I.I.P. Destacam-se sobre o tema os artigos do sociólogo peruano Osmar Gonzales (2011; 2012).

sendo o I.I.P. a instituição responsável pelo estudo das demandas por terras e a definição dos casos em que se aplicariam os processos de expropriação de propriedades latifundiárias par atender a esse fim (PI, nº 1, set. 1948, p. 75-76).

O projeto mais amplo da instituição indigenista que se formava envolvia duas frentes inter-relacionadas: efetivar uma reforma agrária que garantisse não apenas a distribuição de terras, mas a manutenção das comunidades indígenas ancestrais (os *ayllus*) com suas práticas de organização e produção; e, ao mesmo tempo, efetuar uma ação de “*Educación del Campesinado Indígena*” por meio de escolas rurais cujo ensino seria bilíngue e estaria voltado principalmente para uma formação ligada à produção agropecuária. O resultado esperado com a efetivação de ambas as frentes, foi definido pelo diretor Valcárcel em seu discurso na inauguração do I.I.P. como sendo “*la reconstrucción de la Comunidad Agropecuaria de antiquísima tradición peruana sobre las bases de la moderna técnica de las Granjas Colectivas*” (PI, nº 1, set. 1948, p. 29-30).

Tal postura fortemente reformista do I.I.P. se inseria no contexto do “*primer impulso*” da democracia no Peru, representado pelo governo da Frente Democrática Nacional (FDN), que chegava ao poder após décadas de governos autoritários e/ou militares vigorarem no país, desde o *oncenio* de Augusto Leguía (1919-1930), passando pelos governos militares de Sánchez Cerro (1931-33) e Óscar Benavides (1933-1939) e chegando até o sucessor deste último, Manuel Prado (1939-1945). (SOSA VILLAGARCÍA, 2016.) Mas o governo democrático encabeçado por José Luis Bustamante y Rivero, que se iniciou em meados de 1945, foi rapidamente derrubado por um novo golpe militar, liderado pelo general Manuel Odría, em outubro de 1948, dando início a mais um longo período não democrático no país, que durou até 1956.

O novo panorama autoritário incidiu diretamente no I.I.P., cuja direção passou por uma drástica mudança após pouco mais de um ano de funcionamento. Luis E. Valcárcel deixou de ser o diretor da instituição, que ficou provisoriamente a cargo de José Antonio Encinas, que fazia parte da antiga diretoria, visando dar continuidade à organização do II Congresso Indigenista Interamericano, que ocorreu em Cuzco em junho de 1949. Pouco tempo depois, a direção do I.I.P. passou às mãos do médico Carlos Monge Medrano, apontando claramente para o novo paradigma higienista que seria

seguido pela instituição, em consonância como o novo governo autoritário. Nesse período, a revista PI foi dirigida por Manuel D. Velasco Núñez, que ocupava o cargo de Secretário Geral do I.I.P.

Em relação ao indigenismo crítico e progressista, apesar de afastado do I.I.P., ele continuou existindo e funcionando como um “indigenismo dissidente” durante o *ochenio* de Odría (MELGAR BAO, 2002, p. 200). Nesse contexto, a revista AI se apresentou como uma importante plataforma para a expressão do indigenismo progressista peruano e, devido à postura de abertura da publicação continental para diferentes perspectivas indigenistas, suas páginas acabaram se tornando um espaço de discussão entre divergentes propostas indigenistas levantadas por autores peruanos, como é o caso dos artigos que analisamos.

Desde os seus inícios, AI procurou apresentar-se como um espaço aberto ao debate, mais do que simplesmente como veículo de uma proposta unívoca. Suas edições traziam, logo após o índice, a advertência de que “*el Instituto Indigenista Interamericano no e[ra] responsable por el contenido de los artículos firmados*”. Não obstante essa abertura, o I.I.I. expressava claramente a sua própria posição oficial, que aparecia em seus editoriais, presentes em todas as edições da revista AI. Durante o período aqui analisado, quando o Instituto e sua publicação oficial eram dirigidos pelo arqueólogo e antropólogo mexicano Manuel Gamio, o indigenismo oficial defendido pela instituição se baseava no paradigma da “incorporação indígena”, que era então o hegemônico entre a intelectualidade indigenista latino-americana e cujo principal objetivo era “assimilar” os indígenas à “civilização moderna” a partir do processo de mestiçagem cultural (DIAS; BOAVENTURA, 2021).

Como mostraremos, essa perspectiva indigenista oficial do I.I.I. era semelhante à adotada pelo I.I.P. durante o governo autoritário de Odría, que inclusive contou com um de seus funcionários publicando em AI no período tratado. Mas a revista interamericana também publicou artigos de peruanos que não se vinculavam ao indigenismo oficial do país andino naquele momento, como foi o caso do próprio Valcárcel, representante do indigenismo progressista que havia sido destituído da direção do I.I.P. após o golpe de 1948.

O debate configurado pelos artigos que analisamos, que ocorreu na primeira metade da década de 50 e envolveu simultaneamente as revistas AI e PI, trouxe para a cena pública nacional e continental, através dessas publicações, a existência de dois grandes projetos indigenistas no Peru naquele contexto. Enquanto, de um lado, o governo ditatorial em curso no país sustentava um “*autoritario y etnocida indigenismo oficial*” como base para o desenvolvimento de um nacionalismo cultural caracterizado por “*expresiones ideológicas de la mestizofilia*” – como muito bem descreve Ricardo Melgar Bao (2002) –; por outro, o cenário político-intelectual peruano permanecia profundamente marcado pelo indigenismo crítico e progressista, que havia se formado nas décadas anteriores e mantinha-se combativo e “*disidente*” (MELGAR BAO, 2002, p. 180).

A seleção das fontes analisadas para recuperar o debate entre essas perspectivas indigenistas peruanas nas revistas procurou expressá-las por meio de textos e autores representativos de cada uma delas e tornar visíveis momentos em que esse debate envolveu uma crítica mais direta e inclusive nominal de um autor em relação ao outro. Dessa forma, contrastamos os argumentos levantados em dois artigos de Luis E. Valcárcel – uma das mais conhecidas e respeitadas figuras ligadas ao indigenismo progressista – com os apresentados em outros dois artigos, um assinado por Augusto Bateta, representante *da Dirección General de Asuntos Indígenas* do Peru, e outro por Vladmiro Bermejo, um professor da Universidade de Arequipa que havia muito se dedicava ao estudo de temáticas indígenas. Apesar de não ser um personagem diretamente ligado ao indigenismo oficial naquele contexto, as proposições de Bermejo se inseriam na mesma linha argumentativa encontrada no texto de Bateta e sua crítica ao indigenismo crítico se manifestou inclusive nominalmente à figura de Valcárcel e as concepções por ele defendidas.

Luis E. Valcárcel e as “sobrevivências pré-colombianas no Peru”: uma crítica ao indigenismo oficial

O primeiro artigo envolvido no debate que analisamos apareceu na edição de janeiro de 1950 da revista AI e foi intitulado “*Supervivencias precolombinas en el Perú*”, sendo assinado por Valcárcel, que havia pouco perdera o posto de diretor do I.I.P., devido ao golpe de Estado. Nesse

momento, o etnólogo e etno-historiador concentrava sua atuação intelectual principalmente no cenário acadêmico, como professor da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* e diretor do *Museo Nacional*. Seu texto publicado na revista AI em inícios de 1950 já havia sido publicado, pouco antes, na *Revista do Museo Nacional* (Tomo XVIII, de 1949), da qual era diretor.

Esse é um primeiro indício interessante a respeito da dimensão transnacional envolvida no debate indigenista peruano. Apesar de Valcárcel ter sido dos três autores analisados o que menos referências fez ao Peru como parte de uma realidade histórico-social maior, de âmbito continental, tendo se concentrado muito mais nos aspectos específicos da realidade peruana, ainda assim, chama a atenção ele ter buscado publicar seu referido artigo na revista do I.I.I., depois de tê-lo publicado no seu próprio país.

Em “*Supervivencias precolombinas en el Perú*”, Valcárcel parte de uma crítica aos dados apresentados pelo censo nacional de 1940 para levantar sua argumentação sobre a questão da identidade étnica da população peruana. Segundo ele, o levantamento demográfico oficial do país apresentava a quantidade de pessoas identificadas como brancas e como mestiças de forma conjunta, visando deliberadamente aumentar o número destes e invisibilizar o fato de que o país era majoritariamente indígena. Para o etnólogo e etno-historiador, um fato que expressava essa realidade era o da identificação linguística da população, visto que, segundo os dados apresentados por ele como relativos ao mesmo ano do referido censo, de um total de 8 milhões de habitantes no Peru, havia mais de 2 milhões que não falavam o espanhol e quase 1 milhão que o falavam como segundo idioma, tendo como primeiro uma língua indígena. Ou seja, para quase 40% da população a referência principal para a comunicação não era o idioma de origem europeu.

Valcárcel destacou que esses dados apontavam para “*el vigor de las lenguas indígenas*” e enfatizou que “*la vitalidade de estos idiomas ten[ía] que ver muy directamente con la vigencia de muchos patrones y elementos de la cultura precolombina*” no Peru, o que era o cerne do seu argumento. Visando demonstrá-lo, listou uma série de “*supervivencias precolombinas*” presentes na vida da maioria dos peruanos, principalmente daqueles que viviam nas áreas rurais, que representavam cerca de 65% da população no período em que

escrevia. Essas “sobrevivências”, segundo apontou, abarcavam as mais diversas áreas da vida social, da economia à cultura. No âmbito da produção agropecuária realizada pelos indígenas, por exemplo, destacou que *“su sistema de trabajo, si bien profundamente alterado desde la Conquista Española [...], mantiene todavía algunas de sus notas características antiguas. La mutua prestación de servicios en el trabajo agrícola dentro de las parcelas familiares es el Ayni incaico”* (VALCÁRCEL, AI, ja. 1950, p. 53).

Mas, para Valcárcel, era no plano cultural que se encontrava *“el mayor número de supervivencias precolombinas”* no Peru, especialmente nos campos da religião e magia. Em sua visão, *“a pesar de cuatro siglos de cristianización, no se puede asegurar que el Indio peruano sea un consciente feligrés de la Iglesia Católica”*, pois *“las prácticas de magia no han cesado de realizarse y mantienen todo su vigor en la vida de las comunidades indias”*. Para ele, tão marcante “sobrevivência” se devia ao sucesso das *“tácticas de sobreponer lo católico a lo pagano”*, operadas pelos indígenas desde o início da colonização, do que resultou não apenas a manutenção dessas práticas culturais entre os próprios indígenas, mas inclusive na sua expansão para outros grupos sociais, conforme expressou: *“Brujos de ambos los sexos son temidos y buscados en el campo y en las ciudades. El curanderismo sigue en pleno auge”* (VALCÁRCEL, AI, jan. 1950, p. 56-57).

Ao refletir sobre qual seria o caráter mais geral da identidade étnico-cultural peruana, Valcárcel reconheceu a importância da mestiçagem cultural no país, mas enfatizou que era necessário entender que esse fenômeno não correspondia simplesmente a algo como uma *“fusão indoibérica”*, pois envolvia geralmente o predomínio cultural de uma das duas partes. Nesse sentido, concluiu: *“el Perú es una nación de muy reducida minoría blanca. La gran masa está constituida por Indios y Mestizos con acento indio”* e essa *“masa de Indios o Indomestizos [...], en el curso de cuatro siglos, viven aún con un ritmo muy similar al de tiempos antiguos”* (VALCÁRCEL, AI, jan. 1950, p. 46; 48. Grifos nossos).

O argumento central de Valcárcel, ao enfatizar as continuidades ou “sobrevivências” das culturas indígenas no Peru – mais precisamente das culturas andinas –, implicava num sério questionamento ao projeto oficial indigenista da recém implantada ditadura do gen. Odría. Como mostramos, a

publicação original do artigo ocorreu no cenário peruano em 1949, portanto pouco tempo depois da derrubada do governo democrático de Bustamente y Rivero e, conseqüentemente, de seus representantes em diferentes instâncias políticas, entre elas a própria diretoria do I.I.P., então encabeçada pelo arqueólogo e etno-historiador.

Era contra a nova retórica oficial nacionalista, que tomava a lógica da mestiçagem como base para um ideal de nação identificado à “incorporação dos indígenas à civilização”, que Valcárcel levantava sua voz. Seus argumentos, procuravam explicitar a imensa dificuldade prática – e, portanto, o contrassenso – de se buscar simplesmente “incorporar” à cultura ocidental enormes contingentes humanos “*distribuíd[os] en 56.000 lugares*”, que se tratavam de “*aldeas indias esparcidas en el accidentado territorio de la sierra peruana y separadas entre sí por cerros y cordilleras, por profundos valles e desoladas páramos*”, das quais “*la inmensa mayoría [...] correspond[ía] a los pequeños núcleos rurales de data precolombina*” (VALCÁRCCEL, AI, jan. 1950, p. 46).

Não era necessário muito esforço para identificar o reverso político-cultural dessa lógica criticada por Valcárcel no projeto original do I.I.P., que fora constituído no período democrático e dentro do qual ele próprio ocupou um lugar central, como diretor da instituição. A premissa básica daquele projeto de integração nacional, que fora abortado pelo golpe de 1948, havia sido claramente delineada no seu discurso como diretor na inauguração do I.I.P., que foi reproduzido na primeira edição da revista PI, sintetizado na seguinte compreensão: “*no es el indio quien se incorpora a la Cultura Occidental sino es la Cultura Occidental la que debe incorporarse a la vida del indio*” (PI, nº 1, set. 1948, p. 29).

Essa lógica para as relações sociais e interétnicas no país e o respectivo projeto nacional do período democrático que pretendia encarná-la ainda deviam estar frescos na memória dos peruanos quando Valcárcel aludiu indiretamente a eles ao criticar o ideal de um país mestiço – cuja cultura, na prática, corresponderia à ocidental –, explicitando a grande vigência das culturas indígenas no país como “sobrevivências pré-colombianas” após mais de quatro séculos. Como era de se esperar, seus argumentos não tardaram em receber contestações.

Vladmiro Bermejo, “el problema del indio” e a posição oficial da *Dirección General de Asuntos Indígenas*

O artigo “*El indio, problema del indio*”, assinado por Vladmiro Bermejo e publicado na revista AI em janeiro de 1952, pode ser lido como uma resposta à argumentação de Luis E. Valcárcel não apenas porque apresenta uma linha interpretativa inversa, mas também devido ao seu contexto de publicação. Embora tenha sido escrito para ser apresentado no II Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Cuzco em 1949, esse texto só veio a ser publicado nas revistas do I.I.I. e do I.I.P. em 1952, portanto, após a divulgação do artigo de Valcárcel.

É interessante observar que os textos de ambos os autores tiveram publicações tanto internas ao cenário peruano quanto na revista continental, mas a ordem dessas publicações foi inversa, já que o artigo de Valcárcel apareceu primeiro na *Revista del Museo Nacional* e só depois em AI, enquanto o de Vladmiro Bermejo foi primeiramente publicado na revista do I.I.I. e só depois em PI, no mesmo ano de 1952. A publicação inicial na revista continental por parte de Bermejo certamente se explica pelo caráter fortemente transnacional de seu texto, não apenas devido ao contexto do congresso continental para o qual foi originalmente escrito, mas também porque esse foi o principal recurso argumentativo que utilizou para defender sua posição em relação à questão indígena no Peru.

Vladmiro Bermejo, que era então professor de Literatura da Universidade de Arequipa e tinha formação em Direito, havia tempos se interessava por temáticas indigenistas, já tendo inclusive publicado na própria revista AI, em 1942, um texto bastante crítico à condição dos indígenas no Peru. Naquela ocasião, criticou a falta de leis e instituições indigenistas no país e endossou a análise que havia sido desenvolvida na década de 20 por José Carlos Mariátegui de que a solução da questão indígena deveria ser buscada na resolução do problema da terra. A partir dessa perspectiva, Bermejo argumentou, no início dos anos 40, que “*confiar el rehabilitamiento jurídico del indio, como relación social, en la escuela, la administración, la legislación tutelar, el mejoramiento racial, etc., [s]e[ría] una bella utopía, mientras exista el*

gamonal que contraviene siempre el cumplimiento estricto de las leyes” (BERMEJO, AI, abr. 1942, p. 109).

Menos de uma década depois, porém, em seu texto produzido para o II Congresso Indigenista, de 1949, e publicado no início da década de 50, Bermejo apresentou uma visão bem mais conservadora em relação à questão indígena em seu próprio país, bem como no continente. A primeira coisa que chama a atenção em seu artigo publicado em 1952 é a crítica realizada pelo autor à perspectiva indigenista, à qual procura não se vincular e define como uma visão tão *“unilateral”* e *“exaltad[a]”* quanto a sua contrária, a hispanista. Se esta última se definia pela *“defe[sa] de] las bondades de la colonización española”*, o indigenismo, por sua vez, na visão de Bermejo, podia se expressar em duas frentes: *“una, de remembranza de los faustos de Imperio del Tahuantinsuyo; y otra, de franca tendencia revolucionaria”*, sendo que *“esta última ha sido informada por la Revolución Rusa que preconizó la reivindicación de los derechos de las nacionalidades y razas oprimidas”*. Em meio à sua crítica ao indigenismo, apontou nominalmente Luis E. Valcárcel como sendo *“uno de sus más autorizados portavoces.”* Após criticar ambas as interpretações sobre o Peru como *“deformacio[n]es”* da realidade, Bermejo se propôs a apresentar uma análise e proposta tidas como imparciais, baseadas na ideia de *“decir la verdad”* para *“realmente”* poder *“servir a la causa del indigenismo peruano o americano”* (BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 79-80).

Sua proposta buscou tratar o que ele considerava como *“el problema del indio”* e apresentar um projeto que fosse efetivamente viável para a *“incorporación”* dos indígenas às nações do continente, não apenas no caso do Peru. Portanto, pareceu-lhe viável recorrer ao que entendia como um contraexemplo do que deveria ser feito visando esse fim, que eram *“las experiencias que se han llevado a cabo en la gran República mexicana”*. Para criticar as políticas oficiais do México pós-revolucionário em relação aos indígenas, Bermejo utilizou um artigo de Lucio Mendieta y Núñez, então diretor do *Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México*, que havia sido publicado em 1948 – portanto pouco antes do peruano produzir o seu próprio texto para o II Congresso Indigenista de 1949 – na revista da referida Universidade mexicana.

Em seu artigo, Mendieta y Núñez, que, assim como Vladimiro Bermejo, tinha formação em Direito, fazia uma análise jurídica da situação mexicana no período e apresentava uma visão absolutamente crítica e bastante conservadora em relação às políticas indigenistas decorrentes da Revolução Mexicana, as quais, em sua visão, não passavam de “*un retorno a la política protectora y paternalista de la época colonial*”. O cerne da crítica de Mendieta era o que chamou de uma “*política de entrega [de tierras] sin obligación correlativa*”, que fazia com que as comunidades indígenas não correspondessem economicamente ao que, em sua visão, deveria ser o objetivo do Estado, que era “*incorporarlo[s] [os indígenas] rápidamente a la cultura moderna, a la nacionalidad mexicana*” (MENDIETA Y NÚÑEZ, 1948, p. 3).

Após realizar sua análise, o mexicano apresentou uma conclusão – que foi largamente endossada por Bermejo em seu artigo publicado em AI, com a reprodução de três parágrafos inteiros do texto do mexicano –, cujas ideias gerais eram as seguintes:

La política paternalista revolucionaria [mexicana] de protección al indio y promoción de su desarrollo cultural y económico no ha dado, en más de treinta años que lleva de ejercicio, los resultados que de ella se esperaba. [...] El defecto fundamental de esa política es su falta de energía, y sin ella, o es imposible lograr la incorporación del indio a la cultura moderna o el proceso de incorporación resulta demasiado lento y excesivamente costoso. Si se tiene en cuenta que la obra oficial indigenista se lleva a cabo con los recursos del erario, se comprenderá que significa un sacrificio de los sectores no indios. (MENDIETA Y NÚÑEZ apud BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 88. Grifos nossos.)

Sobre a suposta “*falta de energía*” do Estado em suas políticas de “*incorporação indígena*”, Mendieta foi bastante claro sobre o que considerava que deveria ser feito, que era “*exigir al indio*” o cumprimento de “*obligaciones*”, sendo que, em sua concepção, “*la acción del Gobierno debe[ría] estar respaldadas con sanciones severas y por el uso de la fuerza si se hace necesario*” (MENDIETA Y NÚÑEZ, 1948, p. 3). Essa solução absolutamente autoritária proposta pelo mexicano não chegou a ser citada por Vladimiro Bermejo em seu artigo; o que realmente importava ao peruano ao aludir à interpretação do mexicano era a visão de um fracasso das políticas reformistas decorrentes da Revolução Mexicana, que eram, então, a principal referência indigenista no continente. É bastante revelador o fato de o peruano ter

buscado, dentro do amplíssimo cenário mexicano, uma interpretação caracterizada por um viés conservador e sem grande reconhecimento no âmbito do indigenismo continental e inclusive mexicano naquele momento.

Apesar de ocupar um cargo de alto nível no cenário acadêmico de seu país, Mendieta y Núñez, cuja formação remontava aos ditames positivistas da *Escuela Nacional Preparatoria* do período porfísita, apresentava uma postura cada vez mais conservadora, o que fez com que sua obra acabasse caindo no ostracismo já na segunda metade do século XX. Como comenta Margarita Olvera Serrano (2016), apesar do importante papel cumprido por esse intelectual na institucionalização da Sociologia mexicana, sua obra rapidamente “*entró en un largo periodo de desconocimiento y olvido*”, visto que “*las nuevas generaciones de practicantes*” da disciplina sociológica entenderam que “*sus herramientas cognitivas [ya] no eran útiles.*” (OLVERA SERRANO, 2016, p. 92.) Em relação especificamente ao tema do indigenismo, é bastante significativo observar que Mendieta y Núñez, apesar de ser uma figura bastante próxima a Manuel Gamio, tendo inclusive colaborado com este na *Dirección de Antropología* nos anos 20, só teve textos seus publicados na revista AI no início da década de 40, apesar de Gamio ter permanecido à frente da revista até o ano de 1960.

Mas voltemos à apropriação das ideias de Mendieta y Núñez por Vladimiro Bermejo em seu artigo publicado em AI em 1952. Após endossar o quadro pintado pelo mexicano, o peruano destacou: “*pues bien, parece que la experiencia mexicana no ha dado los resultados que se esperaban. Entonces debe ensayarse una orientación pedagógica más amplia*” (BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 89). Bermejo passou, então, a apresentar a sua própria proposta para a “*solución del problema indígena*”, o que, segundo ele, seria válido não apenas para o Peru, mas para todo o continente – lembremos que o texto havia sido produzido para ser apresentado no II Congresso Indigenista Interamericano. Para o peruano, os projetos indigenistas até então empreendidos nos diferentes países haviam fracassado porque não haviam levado em conta que era necessário antes “*preparar al indio para recibir los beneficios de la cultura y de la civilización*”; “*es preciso previamente abonar el terreno; de lo contrario, todo esfuerzo será estéril*”. Sua proposta era que, ao invés da ideia de se “incorporar” os indígenas, o que se devia fazer era “*despertar en su conciencia*

el deseo de incorporarse por propia iniciativa a la vida civilizada” (BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 88-89).

Falando especificamente sobre o caso peruano, Bermejo argumentou que *“los indios Aymaras y Quechuas forman y formarán la gran base de nacionalidad peruana; lo que precisa es [...] darles oportunidad para que se incorporen por sí mismos”*. Para que isso ocorresse, o cerne de sua proposta era partir do campo da educação, acabando com a ideia de escolas rurais ou qualquer tipo de escolas específicas para os indígenas, pois isso, em sua visão, significava o *“aislamiento de la raza indígena”*. Ao contrário, devia-se estender a todos os habitantes do país uma escolarização nacional única – evidentemente monolíngue, com alfabetização em espanhol: *“la Escuela peruana debe ser para todos los peruanos, sin diferencia de raza, credo o clase social”* (BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 86; 89).

Em linhas gerais, a proposta de Bermejo era que, a partir desse tipo de escolarização ocidentalizante, alguns dos estudantes de origem indígena, ou seja, aqueles que tivessem bom aproveitamento nos estudos, receberiam bolsas do Estado para cursar universidades, escolas profissionais ou institutos politécnicos. Posteriormente, já tendo se tornado profissionais, eles seriam pagos pelo governo para *“ir a sus respectivas regiones [de origen] [...] con tal fin de propagar entre los suyos, es decir, en el grupo indígena, las bondades de la civilización y la cultura occidentales”* (BERMEJO, AI, jan. 1952, p. 90).

Como se pode perceber, toda essa proposta de Vladimiro Bermejo não comportava nenhuma grande novidade em relação ao paradigma da “incorporação indígena”, que era então o hegemônico no continente. Seu único elemento de inovação dentro do cenário mais comum de projetos levantados a partir dessa lógica era propor uma espécie de estratégia de sedução, pela qual se pretendia fazer os próprios indígenas quererem receber as supostas “benesses da civilização ocidental.” Na realidade, podemos encontrar muita semelhança entre a sua visão geral sobre “o problema indígena” e suas propostas para “resolvê-lo” e as concepções que regiam as políticas indigenistas oficiais do Estado autoritário do Peru na primeira metade dos anos 50, como aparecem em um artigo publicado em AI, em 1954, assinado pelo *Jefe del Departamento de Capacitación Agropecuaria de la Dirección General de Asuntos Indígenas*.

Nesse artigo, intitulado “*Algo más sobre el indigenismo*”, Augusto Beteta, que era o referido “chefe” – portanto representava uma voz oficial do governo peruano em relação à temática indigenista –, assim como Bermejo, assumiu uma perspectiva continental para analisar a questão indígena e propor uma solução ao que também ele entendia como um dos principais problemas dos países do continente e sem uma adequada solução até então. Na mesma linha da “incorporação indígena”, argumentou:

En estos últimos tiempos en Ibero-América, el tema obligado, sobre el que más se ha escrito, es indudablemente, el que se refiere al indígena. [...] En todos estos pueblos, con diferencias de particularidades regionales, el problema fundamental es el mismo. [...] Hay afán de aglutinar al indígena a la órbita de la Civilización; sin embargo, hasta la fecha no hemos dado en la mayoría de los países nombrados, sino muy pocos y medidos pasos para definir esta situación a todas luces adversa. (BETETA, AI, abr. 1954, p. 163-165.)

Da mesma forma que Bermejo, também o representante da *Dirección General de Asuntos Indígenas* entendia que os indígenas eram a base da organização nacional peruana, mas era necessário construir uma política indigenista eficiente para “incorporá-los.” Argumentando a respeito, recuperou as ideias do mexicano Mendieta y Núñez, que haviam sido citadas por Vladimiro Bermejo em seu artigo publicado em AI e depois em PI; Beteta as citou como sendo uma “*transcripción de la revista Perú Indígena*”. A parte por ele citada do artigo de Bermejo, que, por sua vez, reproduzia as ideias do mexicano, foi exatamente a que criticava a “*política paternalista y revolucionaria de protección al indio*” e apontava como seu “*defecto fundamental*” a “*falta de energía*” e os gastos públicos que essa política acarretava como um “*sacrificio de los sectores no indios*”.

Após reproduzir essas ideias, destacou, numa linha de raciocínio muito semelhante à de Bermejo, que o suposto fracasso da experiência mexicana era “*lo suficiente elocuete*” para mostrar que, para haver uma política indigenista exitosa, era necessário primeiramente que os próprios indígenas quisessem receber as “benesses da civilização”; em suas palavras: “*los núcleos indígenas deben darse impulso por sí mismos, esforzándose en demostrar a las autoridades su deseo de superación*” (BETETA, AI, abr. 1954, p. 168).

Apesar de concordar com o diagnóstico de Bermejo, o representante do indigenismo oficial peruano não defendeu a sua estratégia da sedução como mecanismo para atrair os indígenas ao mundo moderno, mas tentou esboçar um tipo de política estatal que fosse, acima de tudo, pouco custosa para os cofres públicos. Para esboçar tal proposta, primeiramente apresentou uma análise sobre o significado da presença indígena no Peru – bem como no continente, em geral –, que sem sua concepção deveria ser diferenciada em dois fatores distintos, sendo um positivo e outro negativo.

O primeiro, seria “*el indio como elemento de trabajo*”, nesse caso, como “*un factor positivo*” e, não só positivo, mas absolutamente necessário, por exemplo, no caso peruano, conforme afirmou: “*no podríamos hablar de la industria minera por lo general, con un plan de trabajo sobre los 3.000 metros de altitud, sin contar con este bracero tenaz.*” Por outro lado, sentenciou: “*como valor demográfico debemos entenderlo [el indio] como valor negativo, [...] ya que dicho factor humano usufructúa impuestos, ocupa tierras laborables y en todo aspecto económico representa factor negativo.*” Em suma, “*los núcleos indígenas*” deveriam ser vistos como “*frente negativo para la economía continental y por ende para el progreso*” (BETETA, AI, abr. 1954, p. 165).

Podemos notar que, no raciocínio apresentado pelo funcionário do Estado autoritário peruano, a “positividade” do indígena, enquanto força de trabalho, aparece no singular, o “índio” enquanto indivíduo trabalhador; já a sua “negatividade” é colocada justamente naquilo que o representa coletivamente, “os núcleos indígenas”, ou seja, os *ayllus*, as comunidades ancestrais e tudo que elas significam em termos socioculturais. Como se pode perceber, a principal crítica apresentada por Beteta se relacionava ao aspecto da produção, baseava-se na ideia de que as comunidades indígenas ocupavam terras, mas eram improdutivas, sendo, portanto, um problema para o “progresso” do continente.

Partindo dessa percepção basicamente economicista sobre o tema, sua visão sobre uma possível solução para o “problema indígena” foi expressa de forma bastante simplista, sintetizada na ideia de que essa equivaleria a “*la transformación de la empírica y negativa producción agropecuaria indígena [...] en una actividad organizada técnicamente*”. Em termos práticos, propôs:

“estos temas del gran problema indígena pueden ser resueltos cuando se cree un organismo que sea factor generador y controlador del trabajo y progreso. Un organismo que tenga mínimo de personal burocrático y letrado y el máximo de empleados técnicos”. A partir da atuação desse “*Cuerpo Técnico*”, que seria o “controlador do trabalho” a ser realizado pelas comunidades indígenas, a expectativa era solucionar rapidamente “*el gran problema indígena*”, pois, ao inserir as comunidades em um sistema de trabalho gerenciado pelo Estado, esperava-se: “*habrá mayor producción que redundará en beneficio directo de la economía. Los núcleos negativos indígenas marcharán [...] incorporándose definitivamente a la civilización*” (BETETA, AI, abr. 1954, p. 164; 169).

Como se sabe, o cenário social peruano da década de 50 esteve bem distante desse panorama apresentado pelo *Jefe del Departamento de Capacitación Agropecuaria de la Dirección General de Asuntos Indígenas*. Não houve um efetivo empenho do governo para viabilizar o desenvolvimento econômico da zona rural do país, nem mesmo com base nessa lógica de “incorporação” para a solução do “problema indígena”. Ao contrário disso, o *ochenio* de Odría marcou o início de um intenso êxodo rural em direção à capital do país, motivado exatamente pela falta de políticas públicas voltadas aos camponeses, incluindo os indígenas (SOARES, 2000; VALDIZÁN, et. al., 2013; MATOS MAR, 1986).

Como tem sido destacado pela historiografia, ao contrário de apoiar o campo, o governo autoritário peruano da época demonstrou certo “cuidado” com os setores urbanos, possivelmente como “uma estratégia para estimular a migração da população camponesa” para os centros urbanos, particularmente a capital, o que era visto como forma de modernizar o país. No entanto, “a Lima dos anos 1950 revelou-se incapaz de assimilar economicamente a população migrante, que tendeu a engrossar o cordão de assentamentos clandestinos no entorno da cidade” (SOARES, 2000, p. 32-33). Em relação às comunidades indígenas, muito mais do que qualquer tipo de ação oficial por parte do Estado, o que se verificou foram alguns poucos projetos pontuais em algumas comunidades, sempre baseados no paradigma da “incorporação” e estruturados por meio de convênios internacionais, como foram os casos do Programa Puno-Tambopata, viabilizado pela Organização Internacional do

trabalho (OIT) e a UNESCO e o celebradíssimo Projeto Peru-Cornell, realizado na comunidade de Vicos por antropólogos da *Cornell University*.

Este último projeto, que foi considerado pelo governo autoritário peruano como extremamente exitoso, ilustra muito bem os meandros da sua ação indigenista no período, caracterizada por escasso investimento público e forte ingerência estrangeira. Como mostra Manuel M. Marzal (2016), o I.I.P. contou com pouquíssimos recursos oficiais e sua atuação não foi além do papel de um intermediário administrativo, enquanto a universidade estadunidense assumiu a responsabilidade financeira e diretiva do Projeto. Este *“permitía a la Universidad de Cornell tener un laboratorio etnológico para estudiar las leyes y técnicas del cambio social dirigido y para entrenar a sus estudiantes, y al Instituto [Indigenista Peruano] abrir su primer programa de promoción indígena”*, tendo sido o convenio firmado em 1951 (MARZAL, 2016, p. 540-541).

Marzal (2016, p. 541-542) destaca que, com o suposto êxito desse projeto – evidentemente a partir do ponto de vista oficial, com sua lógica aculturadora –, *“comenzó a hablarse del milagro de Vicos y a agitarse como bandera política, para demostrar que el problema indígena podía solucionarse con una asesoría técnica y una promoción educativa a la población indígena, sin necesidad de hacer otros cambios más profundos”* – e, podemos acrescentar, sem a necessidade de grandes investimentos públicos, baseando-se no financiamento externo. Mas, como vimos, o teor do artigo do representante da *Dirección General de Asuntos Indígenas* do Peru, publicado em AI em 1954 – portanto três anos após o início do projeto em Vicos – aponta justamente para o contrário de um êxito do projeto de “incorporação indígena” em relação ao cenário mais amplo do país.

Algo que chama extremamente a atenção na leitura do artigo de Beteta é a recorrência com que se refere negativamente às comunidades indígenas e sua forma de produção, como sendo *“empírica y negativa”* – termo que é repetido várias vezes ao longo do texto –, o que equivaleria a improdutiva, visto que, em sua concepção, somente uma organização técnica de tipo moderno poderia ser produtiva. Claro que essa era uma visão bastante presente no cenário peruano e continental naquele momento, e era, em boa parte, o que sustentava o “paradigma da incorporação indígena”, que era então

hegemônico. Mas justamente por isso, não soa com naturalidade essa necessidade de criticar reiteradamente o processo produtivo das comunidades indígenas, como ocorre no texto do *Jefe del Departamento de Capacitación Agropecuaria de la Dirección General de Asuntos Indígenas* do Peru publicado em AI. Na realidade, essa estratégia argumentativa nos remete a um cenário em que tal visão podia até ser hegemônica, mas não era a única existente.

Todo esse debate que estamos analisando, que contrapõe não somente ideias, de forma mais genérica, mas propriamente projetos de nação distintos e inclusive opostos, deve ser pensado a partir de sua construção discursiva específica, que podemos identificar a uma “*parole pamphlétaire*”, conforme a definição de Marc Agenot (1982). Como mostra o historiador e crítico literário belga-canadense, trata-se de um discurso de caráter persuasivo, envolvido em um debate/combate de ideias, configurado na forma “*discours vs contre-discours*”, no qual “*il suppose un contre-discours antagoniste impliqué dans la trame du discours actuel*” (ANGENOT, 1982, p. 10-11; 34). Dessa forma, não podemos entender devidamente o sentido – que envolve a estratégia argumentativa – da intervenção do representante da *Dirección General de Asuntos Indígenas* do Peru por meio de seu texto publicado em AI se não o compreendemos dentro de uma trama constituída também pela existência de um “contradiscorso”, que, nesse caso, era representado pelo indigenismo crítico e progressista.

Como já mencionamos, o indigenismo mestiçofílico e etnocida do governo do general Odría no Peru precisou conviver e disputar espaço – por mais que fosse o oficial e hegemônico – com um projeto oposto, que naquele contexto se apresentava como um “indigenismo dissidente”, mas que anteriormente havia chegado ao poder, durante o governo democrático, e conseguido apresentar um articulado projeto de integração nacional cujo respeito às culturas indígenas era o aspecto central. A principal voz a ecoar tal projeto durante o *ochenio* foi, sem dúvida, a de Luis E. Valcárcel e, nesse sentido, podemos ler o artigo de Beteta publicado em AI em 1954 como uma resposta a um texto que o “porta-voz autorizado do indigenismo” – como Valcárcel foi criticamente identificado por Bermejo – havia publicado na revista PI pouco tempo antes.

Luis E. Valcárcel e as “comunidades indígenas do Peru”: o indigenismo dissidente em ação

O referido texto de Valcárcel foi publicado na revista do I.I.P. em dezembro de 1953 com o título “*Las Comunidades Indígenas del Perú.*” A ideia central defendida no artigo era a da viabilidade econômica das comunidades ancestrais, os *ayllus*, como núcleo básico de produção agropecuária do Peru. Embora essa defesa não fosse nenhuma grande novidade em relação ao pensamento e as propostas que esse intelectual vinha desenvolvendo havia décadas, alguns pontos merecem ser destacados em relação à publicação desse texto no cenário do debate mais amplo que nos interessa. Primeiramente, chama muito a atenção o fato de um artigo com semelhante teor e a assinatura de Valcárcel aparecer na revista oficial do I.I.P. sob a égide do governo autoritário. De fato, esse foi seu único artigo publicado no periódico durante todo o período de governo do gen. Odría e a publicação ocorreu em uma edição que buscava oferecer aos leitores um “*panorama de los estudios etnológicos en el Perú.*”

O texto editorial da referida edição da revista elogiou “*el doctor Luis E. Valcárcel*” por seus “*excelentes trabajos*”, que estiveram entre aqueles que “*han colocado los primeros jalones científicos y las bases de una seria y documentada interpretación de la Etnología Peruana*” (PI, dez. 1953, p. 5-6). Aparentemente, o objetivo buscado pelo I.I.P. naquele momento era se aproximar das instituições científicas e acadêmicas do país, como era o caso do *Instituto de Etnología* da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, do qual Valcárcel era diretor. É possível que essa maior abertura demonstrada pela instituição oficial indigenista já tivesse relação com as críticas crescentes experimentadas pelo governo autoritário, que culminaram na crise do regime, que se tornou mais visível a partir de 1954. Um indício importante do impacto desse contexto sobre o I.I.P. pode ser observado na diminuição expressiva de edições da sua revista. Após o citado número de dezembro de 1953, PI só contou com mais uma edição (de dezembro de 1954) até o fim do *ochenio* de Odría, em 1956.

É nesse cenário, que já indicava a falência das políticas oficiais indigenistas – ou a falta delas – durante o governo autoritário, que Valcárcel publica seu texto sobre os *ayllus* como base para o desenvolvimento

econômico do país. Sua argumentação foi construída a partir da análise dos dados apresentados pelo *“Índice Alfabético de las Comunidades de Indígenas”*, que, segundo afirmou, havia sido publicado poucos meses antes. Para o etnólogo e etno-historiador, os dados apresentados no Índice estavam longe de expressar a totalidade dos *ayllus* existentes no território peruano – em sua visão, representavam cerca de apenas 1/3 do total –, pois contabilizavam muito melhor lugares de mais fácil acesso a partir da capital e pouco expressavam dos números reais em regiões mais distantes, como Puno, onde havia enorme presença indígena, mas foram contabilizadas apenas 25 comunidades, enquanto em Lima apareciam 225. De toda forma, o que ficava patente nos dados apresentados era a enorme vigência das comunidades indígenas ancestrais, inclusive nas imediações da capital do país. Valcárcel comentou com certa dose de ironia que essa “revelação” soava como “surpreendente” para boa parte dos limenhos, que não se davam conta da *“importancia indígena que tiene este sector inmediato al núcleo supremo de la cultura occidental”*, representado pela capital nacional, emobra o fenômeno da *“supervivencia de la cultura india”* pudesse ser observado *“a cortísima distancia de la Plaza San Martín, de ‘Le Paris’ y los Night Clubs de nuestra bella y archimoderna Lima”* (VALCÁRCEL, PI, dez. 1954, p. 10).

Baseando-se na análise dos dados apresentados pelo Índice em conjunto com os conhecimentos que vinha produzindo havia décadas sobre a realidade indígena do país, o etnólogo e etno-historiador buscou combater a visão então hegemônica a respeito de uma suposta improdutividade das comunidades indígenas e contrapôs tal ideia argumentando que, ao contrário disso, era no trabalho comunitário dessas comunidades que se encontraria a maior potencialidade econômica do Peru, desde que houvesse interesse por parte do Estado para viabilizá-la. Partindo das cifras fornecidas pelo *“Mapa de producción”* das comunidades indígenas levantadas pelo Índice, que permitiam observar *“la riqueza ganadera que poseen las comunidades indígenas”*, e também utilizando os dados relativos à totalidade da área ocupada por essas comunidades, destacou: *“son enormes las extensiones que pueden ser cultivadas, sin disputar la propiedad a nadie”* (VALCÁRCEL, PI, dez. 1954, p. 10).

Analisando detidamente os dados apresentados, Valcárcel destacou que esse levantamento deixava patente a realidade de que bastaria “*una pequeña ayuda técnica*” para que as comunidades indígenas “*se convirt[ieran] en fuentes copiosas de producción de alimentos, resolviéndose así, en gran parte, el angustioso problema de la desnutrición general que padec[ía] el Perú.*” Como conclusão, ressaltou que o grande potencial produtivo dessas comunidades, para além de suas terras e gado, encontrava-se principalmente em seu “*elemento humano*”, não apenas em quantitativos demográficos, mas principalmente na manutenção de seu ancestral sistema de organização do trabalho:

Un millón y medio de personas que trabajan plenamente, rindiendo el máximo, con ayuda mutua y estrechos sentimientos de cooperación y solidaridad. La persistencia del Ayllu, que para gentes miopes es un obstáculo para el desarrollo económico del país, viene a ser, por el contrario, uno de los medios más eficaces de favorecerlo. (VALCÁRCEL, PI, dez. 1954, p. 11.)

Como se percebe, a ampla argumentação desenvolvida por Valcárcel a respeito da potencialidade econômica das comunidades indígenas enquanto tais – com sua característica organização produtiva cuja lógica comunitária se embasava num antiquíssimo sistema cultural – representava uma inversão completa do indigenismo etnocida que imperava no Peru naquele momento. Nesse sentido, é importante observar a estratégia discursiva empregada por ele em seus dois artigos envolvidos no debate analisado.

Tanto no texto sobre as “sobrevivências pré-colombianas,” publicado em 1950, quanto neste último artigo tratado, sobre “as comunidades indígenas do Peru”, publicado em 1954, Valcárcel se baseou em dados quantitativos apresentados por levantamentos oficiais para desenvolver suas análises. Em nenhum dos outros artigos analisados, cujos autores se identificavam com o paradigma indigenista hegemônico, tal recurso foi utilizado. Essa diferença é bastante reveladora do contexto ideológico mais geral dentro do qual foi travado o debate que analisamos.

Em um momento em que o paradigma da “incorporação indígena” ainda era dominante, não parecia aos autores vinculados a essa lógica que fosse necessário utilizar algum embasamento mais empírico para levantar qualquer

tipo de crítica aos indígenas e sua cultura, posto que suas análises já partiam da premissa do “*problema del indio*” (Bermejo) ou “*el gran problema indígena*” (Beteta), identificado como o principal entrave para o “progresso” dos países do continente. Obviamente, no caso de Valcárcel a situação era inversa. Fazia-se necessário recorrer a argumentos mais sólidos ao travar tamanho combate ideológico, que representava não apenas uma crítica contundente ao indigenismo oficial peruano, mas, de forma mais ampla, ao paradigma indigenista então dominante no continente.

Considerações finais

Seguindo a proposta teórico-metodológica de Quentin Skinner em nossa análise do debate entre intelectuais peruanos, consideramos as intervenções públicas realizadas pelos intelectuais por meio de seus textos “*as a move in an argument*”, ou seja, como “*contributions to particular discourses*.” Ao fazê-lo, buscamos entender “*the ways in which they followed or challenged or subverted the conventional terms of those discourses themselves*” (SKINNER, 2014, p. 124-125). Nesse sentido, a análise do debate indigenista peruano travado por meio das revistas AI e PI na primeira metade da década de 50 permitiu observar que, nessa época, embora o paradigma da “incorporação indígena” – vigente desde o século XIX – ainda fosse o dominante, havia entre parte da intelectualidade uma outra lógica mais democrática e plural para se pensar e tratar o tema da diversidade cultural.

Essa lógica, patente na argumentação levantada por Valcárcel dentro do debate analisado, se inseria em uma concepção indigenista que havia começado se esboçar de forma mais clara no cenário continental entre fins dos anos 30 e inícios dos 40 e que foi sistematicamente desenvolvida pelo mexicano Moisés Saénz em seu livro *México íntegro*, de 1939, como uma perspectiva de “integração” nacional que não envolvesse a homogeneização cultural, mas fosse capaz de reconhecer a diversidade como um valor social. Não parece ser coincidência o fato de Saénz – que anteriormente se vinculava ao paradigma da incorporação – ter experimentado uma mudança significativa em suas concepções indigenistas precisamente quando encontrava-se imerso

no contexto peruano, durante a década de 1930, sendo sua referida obra publicada originalmente em Lima⁷.

Nas décadas seguintes, o paradigma da “incorporação indígena” ainda se manteve dominante, mas a lógica da “integração” se fortaleceu em diferentes contextos nacionais e chegou a se manifestar de forma institucional, como proposta de um novo paradigma para pensar a questão indígena no continente, durante o IV Congresso Indigenista Interamericano, realizado na Guatemala em 1959.⁸ Portanto, no início daquela década, quando Luis E. Valcárcel travava o seu combate contra o indigenismo autoritário e etnocida peruano, sua luta representava apenas uma de várias expressões continentais em que um novo paradigma indigenista começava “desafiar e subverter” aquele que era, até então, o convencional.

Fontes e referências bibliográficas

ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales. Notas de investigación**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

_____. Elites culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 9-28.

ANGENOT, Marc. **La parole pamphlétaire. Typologie des discours modernes**. Paris: Payot, 1982.

BEIGEL, Fernanda. Mariátegui y las antinomias del indigenismo. **Utopía y Praxis Latinoamericana**. Universidad de Zulia, Maracaibo, Venezuela, Año 6, nº 13, junho de 2001, p. 36-57.

CORNEJO POLAR, Antonio. O indigenismo andino. In: **O condor voa: literatura e cultura latino-americanas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 193-205.

⁷ Moisés Saénz atuou como embaixador do México no Peru durante boa parte da década de 30 e início dos anos 40, até o seu falecimento em 1941, precisamente na cidade de Lima. Foi no período em que esteve em contínuo contato com a intelectualidade indigenista peruana e com a realidade do país andino que o mexicano experimentou a grande mudança de suas concepções indigenistas. Já tendo elaborado sua proposta de “integração” em substituição à lógica da “incorporação indígena”, tornou-se o principal articulador do I Congresso Indigenista Interamericano e, em seguida, o primeiro diretor do I.I.I. Para mais informações a respeito, consultar: GIRAUDO, 2011, p. 27-29.

⁸ Sobre a emergência da perspectiva da “integração” contra a lógica da “incorporação indígena” em diferentes países latino-americanos e sua apresentação institucional no IV Congresso indigenista, consultar: DIAS; SANTOS, 2023.

DE LUCA, Tania Regina. **Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: UNESP; FAPESP, 2011.

DEL VAL, José; ZOLLA, Carlos (coords.). Introducción. **Documentos fundamentales del indigenismo**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014, p. 9-78.

DIAS, Natally Vieira. **América Indígena e Boletín Indigenista**: as publicações oficiais do Instituto Indigenista Interamericano e as vicissitudes da formação de uma rede intelectual transnacional em torno da instituição indigenista continental (1941-1945). In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio (orgs.). **Nas tramas da “cidade letrada”**: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 233-265.

DIAS, Natally Vieira; BOAVENTURA, Nathália Alves L. Manuel Gamio e seu projeto indigenista para o México e a América Latina através dos periódicos *Ethnos* e *América Indígena* (1920-1960). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Nº 31, ago./dez. de 2021, p. 537-575.

DIAS, Natally Vieira; SANTOS, Guilherme Gomes dos. O Informe da Comissão sobre Integração Social, dirigida por Darcy Ribeiro, no IV Congresso Indigenista Interamericano (1959-1960): tensões e fissuras na rede interamericana. In: COSTA, Adriane V. (org). **Darcy Ribeiro**: intelectualidade e pensamento crítico latino-americano. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2023, p. 24-266.

ESPEZÚA SALMÓN, Dorian. Vanguardismo andino en el *Boletín Titikaka* (1926-1930). **CELEHIS – Revista del Centro de Letras Hispanoamericanas**. Mar del Plata, Argentina, ano 16, nº 18, 2007, p. 219-245.

FAVRE, Henri. **El indigenismo**. México: FCE, 1999.

FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. Discusión bibliográfica: Nuevas contribuciones para una teoría de las redes culturales. **Cuadernos del CILHA**. Universidad Nacional de Cuyo (Mendoza, Argentina), vol. 12, núm. 14, p. 209-215, 2011.

GIRAUDO, Laura. Un campo indigenista transnacional y casi profesional: la apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. In: GIRAUDO, Laura; MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan (eds.). **La ambivalente historia del indigenismo**: campo interamericano y trayectorias nacionales (1940-1970). Lima: IEP, 2011, p. 21-98

GONZALES, Osmar. The Instituto Indigenista Peruano: a New Place in the State for the Indigenous Debate. **Latin American Perspectives**. University of California, vol. 39, nº5, set., 2012, p. 39-44.

_____. El Instituto Indigenista Peruano: una historia por conocer. In: GIRAUDO, Laura; MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan (eds.). **La ambivalente historia**

del indigenismo: campo interamericano y trayectorias nacionales (1940-1970). Lima: IEP, 2011, p. 133-157.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO. **América Indígena:** órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano. México-DF.

INSTITUTO INDIGENISTA. **Perú Indígena:** órgano del Instituto Indigenista Peruano. Lima – Peru.

MAÍZ, Claudio. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales: redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. **Cuadernos del CILHA.** Mendoza, v. 12, n. 14, p. 75-91.

MARZAL, Manuel M. **Historia de la Antropología.** Volumen I – Antropología indigenista. Quito: Abya-Yala/ Universidad Politécnica Salesiana, 2016.

MATOS MAR, José. **Desborde popular y crisis del Estado:** el nuevo rostro del Perú en la década de 1980. Lima: IEP, 1986.

MELGAR BAO, Ricardo. Nacionalismo autoritario y proyecto etnocida em Perú, 1948-1956. **Cuadernos Americanos,** México, UNAM, ano XVI, vol. 1, jan-fev, 2002, p. 180-200.

MENDIETA Y NÚÑEZ, Lucío. **El tratamiento del indio.** Universidad de México: órgano de la Universidad Nacional Autónoma de México, vol. II, n° 17, fev/1948, p. 1-3.

OLVERA SERRANO, Margarita. Los aportes de Lucío Mendieta y Núñez a la institucionalización de la sociología em México (1939-1951). **Tempo Social, revista de sociología UESP,** v. 28, n° 3, 2016, p. 77-94.

PRADO, Maria Ligia. América Latina: historia comparada, historias conectadas, historia transnacional. **Auario digital.** Escuela de Historia, Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario, Argentina, n° 24, 2011-2012, p. 9-22.

ROCCA, Pablo. Por qué, para qué uma revista (sobre su naturaliza y su función em el campo cultural latino-americano). **Hispanamérica,** ano XXXIII, n° 99, dez/2004, p. 3-20.

SÁENZ, Moisés. **México íntegro** [1939]. México: Cien de México, 2007.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. **América: Cahiers du CRICCAL,** n° 9-10, 1992, p. 9-16.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SKINNER, Quentin. **Visions of Politics.** Volume I – Regarding Method. Nova York: Cambridge Univesity Press, 2014 [versão Kindle].

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Projetos políticos de modernização e reforma no Peru**: 1950-1975. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2000.

SOSA VILLAGARCÍA, Paolo. La democracia peruana desde sus variedades. **Argumentos**: revista de análisis y crítica. Lima, Peru, IEP, ano 10, nº 2, julho, 2016, p. 41-48.

VALDIZÁN, José *et. al.* **El Perú republicano, 1821-2011**. Lima: Fondo Editorial Universidad de Lima, 2013.

VICH, Cynthia. **Indigenismo de vanguardia e el Perú**: um estudo sobre el Boletín Titikaka. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2000.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando la historia más allá de la nación: la historiografía de América Latina y la perspectiva transnacional. **Memoria académica**, UNLP, 2013, p. 1-14.